

A Teoria do Valor de Marx: Excedente ou “Transfiguração Crítica”?*

Franklin Serrano**

Resumo

Ao contrário da crítica, a *interpretação* sraffiana da teoria do valor de Marx, isto é, não o que poderia haver de errado (ou superado) nesta teoria e sim por que Marx a teria utilizado da forma que fez é muito pouco conhecida no Brasil. Este trabalho tem o duplo objetivo de: 1) apresentar da forma mais simples e resumida possível as linhas gerais desta interpretação e algumas das suas principais implicações; e 2) comparar e contrastar a interpretação sraffiana com a interpretação diametralmente oposta da teoria do valor de Marx que vem dos economistas associados à UNICAMP. Tentaremos mostrar o forte apoio textual à interpretação sraffiana que enfatiza que o papel da teoria do valor trabalho em Marx era o de determinar de forma consistente a taxa geral de lucros e os preços de produção em contraste com a total ausência de base textual em Marx para a idéia de que objeto da teoria do valor de Marx era radicalmente diverso e diria respeito à concorrência e não ao conflito de classes.

Abstract

The sraffian interpretation (as opposed to the critique) of Marx’s theory of value, i.e., not what could be wrong (or dated) in this theory but why Marx used this theory the way that he did, is not very well known in Brazil. The purpose of this paper is twofold: 1) to present and explain clearly this interpretation; and 2) to compare and contrast the sraffian interpretation with the diametrically opposite view associated with the economists from the University of Campinas (UNICAMP). We will try to show that there is strong textual support in favour of the sraffian interpretation which argues that the role of Marx theory of value is to determine consistently the general rate of profits and the prices of production, in contrast with the lack of textual evidence in Marx for the idea that the object of Marx’s theory of value was totally different and had to do with intercapitalist competition instead of class conflict.

Palavras-chave: teoria do valor, excedente, Sraffa.

Keywords: Theory of value, surplus, Sraffa.

Sessões ordinárias

Economia Política, Capitalismo e Socialismo - 06. Valor, Preço e Distribuição

* O autor agradece, naturalmente sem implicar nos resultados, a comentários, críticas e discussões com Carlos Medeiros, Hugo Azcurra, Márcio Henrique Castro e participantes em seminários na UFRJ e na Universidad de Lújan (sede Buenos Aires), Argentina, além da assistência de pesquisa de Cristina Reis.

** Professor adjunto do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

I. Introdução

A *crítica* baseada em Sraffa (1960) à teoria do valor de Marx é razoavelmente bem conhecida:¹ a chamada teoria do valor trabalho em geral não fornece resultados corretos e também a rigor não é estritamente necessária para determinar consistentemente a taxa geral de lucros e os preços de produção a partir de um dado nível do salário real e dos métodos de produção em uso. Muito menos conhecida, no entanto, é a *interpretação* sraffiana de Marx, isto é, não o que poderia haver de errado (ou superado) em sua teoria, mas sim por que Marx teria utilizado sua teoria do valor da forma que fez. Este trabalho tem o duplo objetivo de: 1) apresentar da forma mais simples e resumida possível as linhas gerais desta interpretação e algumas das suas principais implicações; e 2) comparar e contrastar a interpretação Sraffiana com a interpretação diametralmente oposta da teoria do valor de Marx que vem dos economistas associados à UNICAMP. Tentaremos mostrar o forte apoio textual à interpretação Sraffiana que enfatiza que o papel da teoria do valor trabalho em Marx era o de determinar de forma consistente a taxa geral de lucros e os preços de produção em contraste com a total ausência de base textual em Marx para a idéia de que o objeto da teoria do valor de Marx era radicalmente diverso e diria respeito à concorrência e não ao conflito de classes. O artigo é uma homenagem à memória do meu grande professor, orientador (e amigo) Ricardo Tolipan, que já em Tolipan(1981) alertava para os problemas desta “leitura enriquecedora” de Marx.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Na seção II discutimos os elementos de continuidade e ruptura, de acordo com a visão sraffiana, entre Marx e os economistas clássicos como Smith e Ricardo. O caráter analítico (e não filosófico nem muito menos ético) do conceito de valor de Marx como única fonte ou substância do valor é discutido na seção III, a partir da idéia central de que o sistema de preços relativos apenas redistribui entre os setores em valor de troca, de acordo com as normas da concorrência, um excedente gerado na produção a partir do trabalho assalariado. Na seção IV tratamos da crítica sraffiana à teoria do valor de Marx.² A seguir, analisamos criticamente a idéia que a teoria do valor trabalho não pode ser abandonada ou superada, pois implicaria no abandono de outras idéias importantes de Marx sobre temas como a “lei da tendência declinante da taxa de lucro” (discutida na seção V) ou do fetichismo da mercadoria e da exploração da força de trabalho (tratados na seção VI). A partir daí apresentamos um breve comentário sobre como a posição do próprio Sraffa a

¹ ver Steedman (1977), Garegnani (1974), Garegnani (1960). Esta crítica consiste na generalização e o aperfeiçoamento técnico de pontos levantados pouco após a publicação do volume III de O Capital (em 1894) por economistas matemáticos russos começando por Dmitriev em 1898 (Gherke(1998)), seguidos de Borktievicz em 1905 (Howard & King(1998)) e por Von Charasoff em 1910 (ver Kurz e Salvadori (1995, cap 13)).

respeito da teoria de Marx evoluiu ao longo do tempo (seção VII). Segue-se uma curta seção de observações finais (seção VIII).

II. Marx e a abordagem clássica do excedente: continuidade e ruptura

O tipo de esclarecimento aqui proposto esbarra imediatamente na idéia muito difundida na tradição Marxista de que os conceitos de Marx nada teriam a ver com os dos economistas clássicos, pois haveria total ruptura e não continuidade entre Marx e os clássicos. Existe, de fato tanto ruptura quanto continuidade. Mas quanto ao *instrumental analítico* para a análise econômica do “modo de produção” capitalista a continuidade é seguramente o traço mais marcante. Não foi por outro motivo que Marx escreveu “Teorias da Mais Valia”, o planejado volume 4 de *O Capital*, que conta a evolução das teorias do excedente por mais de 150 anos desde William Petty, passando pelos fisiocratas, Smith e outros, até Ricardo e Sismondi³.

Por razões de espaço vamos nos limitar aqui a listar duas citações com a opinião do próprio Marx sobre este assunto. A primeira vem de uma carta à Weydemeyer de 5 de março de 1852:

"And now as to myself, no credit is due to me for discovering the existence of classes in modern society or the struggle between them. Long before me bourgeois historians had described the historical development of this class struggle and bourgeois economists, the economic anatomy of classes. What I did that was new was to prove:

- (1) that the existence of classes is only bound up with the particular, historical phases in the development of production*
- (2) that the class struggle necessarily leads to the dictatorship of the proletariat.*
- (3) that this dictatorship itself only constitutes the transition to the abolition of all classes and to a classless society."*

(Marxist Internet Archive - www.marxists.org)

Nesta passagem, Marx se refere ao trabalho tanto dos economistas clássicos quanto ao dos historiadores, também materialistas, da escola histórica escocesa e deixa claro, para o bem ou para o

³ Note que o título da obra é Teorias da Mais Valia (no plural) e não Teoria no singular. Certamente, não se chama Teorias do Excedente *versus* Teoria da Mais Valia.

mal, em que consistiriam os elementos de continuidade⁴ e a ruptura de seu pensamento em relação a esta tradição.⁵ A segunda passagem é de mais de vinte anos depois e vem do pós-fácio à segunda edição alemã do volume I do livro O Capital.⁶

"An excellent Russian translation of "Das Kapital" appeared in the spring of 1872. The edition of 3,000 copies is already nearly exhausted. As early as 1871, N. Sieber, Professor of Political Economy in the University of Kiev, in his work "David Ricardo's Theory of Value and of Capital," referred to my theory of value, of money and of capital, as in its fundamentals a necessary sequel to the teaching of Smith and Ricardo. That which astonishes the Western European in the reading of this excellent work, is the author's consistent and firm grasp of the purely theoretical position.

That the method employed in "Das Kapital" has been little understood, is shown by the various conceptions, contradictory one to another, that have been formed of it."....

"Thus the Paris Revue Positiviste reproaches me in that, on the one hand, I treat economics metaphysically and on the other hand — imagine! — confine myself to the mere critical analysis of actual facts, instead of writing receipts (Comtist ones?) for the cook-shops of the future. In answer to the reproach in re metaphysics, Professor Sieber has it: "In so far as it deals with actual theory, the method of Marx is the deductive method of the whole English school, a school whose failings and virtues are common to the best theoretic economists." (Marxist Internet Archive-www.marxists.org)

Nesta última passagem fica claro que Marx considerava e admitia em uma obra publicada em 1873 que havia continuidade e não ruptura em relação à tradição clássica do excedente, no que diz respeito à "teoria do valor, da moeda e do capital". Mais adiante Marx transcreve uma longa passagem de I. Kaufman (da qual reproduzimos aqui só uma pequena parte ao final) sobre a parte de seu trabalho que seria diferente dos clássicos: o método de análise da mudança "endógena" dos modos de produção:

⁴ Ginzburg (1986) mostra que somente depois de perceber (influenciado por John Stuart Mill) a compatibilidade entre a abordagem clássica do excedente clássica com as questões do que depois passou a chamar de crises de realização de mais valia (e hoje chamamos de problema de demanda efetiva) é que Marx foi gradativamente adotando (e desenvolvendo) esta abordagem.

⁵ Esta carta é citada por Meek (1977) que chama atenção para a importância da escola escocesa de historiadores materialistas que estudavam a história da sociedade e a formação dos Estados a partir da evolução dos meios de subsistência e das relações de poder (e especialmente de propriedade) entre as classes sociais. Esta escola incluía, entre outros, John Millar, Adam Ferguson e o próprio Adam Smith (ver também Bharadwaj (1989)).

⁶ Eduardo Crespo, mestrando do IE-UFRJ me chamou à atenção a passagem acima, que é também citada por Mongiovi (2002). Em suas *Notas sobre Adolph Wagner* Marx também afirma "Mr. Wagner could have familiarized himself with the difference between me and Ricardo both from Capital and from Sieber's work (if he knew Russian)." (www.marxists.org)

“The one thing which is of moment to Marx, is to find the law of the phenomena with whose investigation he is concerned; and not only is that law of moment to him, which governs these phenomena, in so far as they have a definite form and mutual connexion within a given historical period. Of still greater moment to him is the law of their variation, of their development, i.e., of their transition from one form into another, from one series of connexions into a different one.” ...

“But it will be said, the general laws of economic life are one and the same, no matter whether they are applied to the present or the past. This Marx directly denies. According to him, such abstract laws do not exist. On the contrary, in his opinion every historical period has laws of its own”.... “As soon as society has outlived a given period of development, and is passing over from one given stage to another, it begins to be subject also to other laws. In a word, economic life offers us a phenomenon analogous to the history of evolution in other branches of biology. The old economists misunderstood the nature of economic laws when they likened them to the laws of physics and chemistry. A more thorough analysis of phenomena shows that social organisms differ among themselves as fundamentally as plants or animals.”...

“...With the varying degree of development of productive power, social conditions and the laws governing them vary too.... The scientific value of such an inquiry lies in the disclosing of the special laws that regulate the origin, existence, development, death of a given social organism and its replacement by another and higher one. And it is this value that, in point of fact, Marx’s book has.”

Logo em seguida, o próprio Marx conclui:

“Whilst the writer pictures what he takes to be actually my method, in this striking and [as far as concerns my own application of it] generous way, what else is he picturing but the dialectic method?” (www.marxists.org)

O que mostra, confirmando a carta citada mais acima, que a novidade ou ruptura do método de Marx vinha do fato dele acreditar ter encontrado as leis da evolução dos organismos sociais (o que - segundo Sieber, Kaufman e Marx - os economistas clássicos e os historiadores não haviam feito). E é esta análise evolucionária e não uma misteriosa nova lógica filosófica onde supostamente 2+2 pode ser 5 e as coisas podem “ser e não ser mesmo tempo”⁷ que Marx chama de “meu método dialético”. Este

⁷ Para casos limites deste tipo de interpretação, segundo o qual até os conceitos econômicos de Marx são baseados numa “dialética” que não é só evolucionista e sim englobaria uma suposta “lógica da contradição” ver Gianotti (2000). Na mesma linha, seguindo esta nova “lógica” onde seria válido dizer coisas do tipo “...o valor não é, mas ao mesmo tempo ele é” ver

método evidentemente *pressupõe* que a análise teórica de um importante momento desta evolução, que é o capitalismo, seja feita utilizando “*the deductive method of the old English school*” de forma consistente.

Existem muitas interpretações alternativas sobre estes temas. Dentre delas podemos mencionar a conhecida interpretação “da Unicamp” de Luiz Gonzaga Belluzzo (1980) e Maria da Conceição Tavares (1981, republicada em 1998) que argumentam que a ruptura é tão grande que Marx teria feito uma “transfiguração crítica” e “parte para construir um novo objeto do conhecimento” (Belluzzo, 1980, p.16) que seria uma “**teoria da valorização do capital**” (Tavares, 1998, p. 47, ênfase do original) que somente se aplicaria ao capitalismo e além do mais teria sua base no processo de concorrência (e não no conflito entre as classes). Em uma recente defesa desta interpretação Teixeira (2000) argumenta que:

“O objeto de Marx são as leis de movimento do capital e o conceito de economia política que constrói, a partir da crítica aos seus antecessores, é o da ciência que estuda estas leis. Não se trata de uma ciência que estude as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estágios de desenvolvimento da sociedade humana , como supunham os cientistas da Academia da extinta União Soviética ou, de forma mais sofisticada Lênin e Engels. (...) A crítica da economia realizada por Marx inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade capitalista, a dinâmica contraditória do capital”, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e daquilo que os funda e explica – a concorrência. Não pode haver economia política –ou sua crítica no sentido que Marx lhe emprestou – ali onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca. E mais, com o capitalismo, pela primeira vez na história da humanidade, ‘o poder social torna-se o poder privado de particulares’, também não pode haver Economia Política ali onde não se constituiu o Estado Capitalista”. (Teixeira 2000, p. 106-7)

Nesta passagem aparece a enorme diferença desta visão em relação a tudo o que foi dito acima por Marx. Enquanto os acadêmicos da URSS, Engels e Lênin são criticados por seguirem exatamente o que Marx diz nas passagens transcritas mais acima ,Teixeira afirma que a economia política (e sua crítica) não apenas se restringiria apenas ao capitalismo (enquanto Marx acima afirma que sua contribuição era ir além do que chamava de “horizonte burguês de análise” dos clássicos). Além disso, Teixeira (2000) diz que em Marx a concorrência “funda e explica” os processos de acumulação e distribuição.

Fausto (1982, p. 112). Curiosamente, estas interpretações parecem ter tido forte influência sobre economistas críticos no Brasil.

Teixeira, no entanto parece dividido entre sua formação na Unicamp e seu próprio profundo conhecimento e respeito aos textos originais de Marx. No início deste mesmo artigo, Teixeira mostra que conhece bem o verdadeiro conceito de economia política de Marx quando lembra que “Marx diz textualmente que a economia política clássica ‘começa na Inglaterra com William Petty, e na França com Boisguilbert, [e] termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França’ (Marx 1859, p.47 [Para a Crítica da Economia Política]”(citado por Teixeira (2000, p.90). E ainda no mesmo artigo, embora afirme na linha da Unicamp que em Marx a concorrência inter-capitalista “funda e explica” processos como o da “distribuição”, conhece tão bem a obra de Marx que contraditoriamente cita a famosa passagem onde Marx diz o exato **oposto** :“Todos estes fenômenos *parecem* contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho e a natureza da mais valia consistente em trabalho excedente não-pago. *Na concorrência tudo aparece invertido*” (Marx, 1894, p. 235-6, [Capital, vol. III], ênfases de Teixeira, citado por Teixeira (2000), p. 103)).

É quase desnecessário insistir que trabalho não-pago evidentemente tem a ver com a tecnologia e as relações de poder entre as classes e certamente não é, nem nos economistas clássicos e menos ainda em Marx “fundado ou explicado” pela concorrência inter-capitalista.⁸

III. A Teoria do Valor de Marx: Interpretação

Antes de tudo é necessário ressaltar que o argumento abaixo diz respeito apenas a teoria do valor de Marx. Que Marx atribuía importância histórica, filosófica e até ética ao conceito de trabalho não resta dúvida. No entanto, nosso ponto central é que isso nada tem a ver com sua teoria do valor, que mede *quantitativamente* o produto e o excedente em trabalho abstrato apenas na economia mercantil “simples”⁹ e capitalista. A teoria do valor é um instrumento da análise deste tipo específico de economia. Quando Marx fala que o trabalho abstrato é a substância e única fonte do valor ele simplesmente está dizendo que cada mercadoria medida em trabalho incorporado direto e indireto abstrato contribui para a soma total de valor da economia que Marx usa para determinar a taxa de lucro independentemente (e “antes”) de calcular os preços relativos.

Nas palavras do próprio Marx no volume 3: “*the determination of value is the primary factor, antecedent to the rate of profits and to the establishment of production prices*”.¹⁰ Aqui é importante ressaltar um aspecto bem simples mas frequentemente esquecido. Para Marx os preços de produção

⁸ Há muitos anos Tolipan (1981), que não era exatamente um sraffiano, apesar de profundo conhecedor da obra de Sraffa, já havia nos alertado para a ausência de base sólida na obra de Marx para esta visão baseada na concorrência, que ele considerava schumpeteriana e não marxista.

⁹ A rigor uma economia capitalista com a taxa de lucro suposta abstratamente igual a zero.

¹⁰ No Volume III, citado por Vianello (1987).

relativos em geral *não* são proporcionais ao valor ou as quantidades de trabalho abstratas. Como as composições orgânicas (razões entre capital constante e variável) dos diversos setores podem ser (e segundo Marx são) bem diferentes entre si e em condições de livre concorrência a taxa de lucro que entra no cálculo dos preços de produção é uniforme o desvio dos preços em relação aos valores é a norma e não a exceção e não tem porque ser pequeno. Ricardo considerava os desvios pequenos.¹¹ Para Marx, o ponto é que o valor não era usado para determinar diretamente os preços de produção e sim para determinar a taxa geral de lucro do sistema. Ele acreditava que os desvios, no agregado (e apenas no agregado) se compensavam de tal forma que a soma dos valores era igual a soma dos preços de produção (medidos em trabalho) e a soma das mais valias era igual a soma dos lucros (ao menos num esquema simples onde não se considera renda da terra ou juros, etc. e toda a mais valia vai para os lucros). É essa redistribuição do excedente medido em trabalho abstrato pelo sistema de preços a partir da regra da taxa de lucro uniforme que Marx chamava de “transformação” de valores em preços. Não falava em “problema” da transformação, pois acreditava que o procedimento, embora pudesse ser aperfeiçoado, estava basicamente correto.¹²

Formalmente, com apenas dois setores teríamos (usando a seguinte notação: r é a taxa geral de lucro, t^v é o trabalho vivo, s é a mais valia, v é o capital variável e c o capital constante e o subscrito denota o setor):

$$s_i = t_i^v - v_i$$

$$r = (s_1 + s_2) / (c_1 + c_2 + v_1 + v_2)$$

e

$$p_1 = (1 + r)(c_1 + v_1)$$

$$p_2 = (1 + r)(c_2 + v_2)$$

A maior parte dos analistas não dá devida importância à esta questão de que os lucros de cada setor eram vistos como a redistribuição da mais valia agregada. Mas este é que o ponto crucial da teoria do valor de Marx.¹³ Para Marx não havia contradição alguma entre o Volume 1 de O Capital - onde era suposto, para simplificar, que os preços de produção eram iguais aos valores - e o Volume 3, onde Marx mostrava os desvios - pois no agregado Marx acreditava que não fazia a menor diferença, senão

¹¹ Desta forma, na realidade o Professor Anwar Shaikh é um verdadeiro “neoricardiano” (e não os economistas associados a Sraffa). Ver Shaikh (1998).

¹² Como mostra Steedman (1977, p. 31-2), Marx em pelo menos três passagens do Volume 3 menciona que as mercadorias usadas como insumos também deviam ser medidas em preços de produção e não em valores mas acreditava que isto não faria diferença no agregado. Note que seguindo esta sugestão de Marx se chega diretamente, como Dmitriev e Borktievcz rapidamente chegaram, na idéia da necessidade de uma determinação simultânea (e não sequencial) da taxa de lucro e dos preços de produção.

¹³ Ver Garegnani (1991), Vianello (1987, 1998) e Petri (1998). Conforme nota Ginzburg (1985) Marx chegou a este importante resultado em 1858 (bem antes da publicação do Volume 1 em 1867).

não teria escrito o Volume 1 da forma que fez -. Os Volumes 1 e 2 tratavam basicamente do movimento do capital em geral e da produção e realização do excedente (mais valia) agregado e não dos detalhes da concorrência que distribuía este excedente entre os diversos capitais específicos , o que era o objeto explícito do Volume III.¹⁴

Marx afirma numa carta para Engels de 2 de Agosto de 1862 (cerca de 5 anos antes da publicação do Volume 1):

“If the total capital (400) of the class be considered, the profit rate would = 13 3/4 p.c. And capitalists are brothers. As a result of competition (transfer of capital or withdrawal of capital from one trade to the other), capitals of equal size in different trades, despite their different organic compositions, yield the same average rate of profit. In other words, the average profit, which F.I. a capital of £100 yields in a certain trade, it yields, not as a capital specifically applied to the same nor, therefore, in the proportion in which it of itself produces surplus value, but as an aliquot part of the total capital of the capitalist class. It is a share the dividend on which will be paid in proportion to its size out of the total amount of the surplus value (or unpaid labour) produced by the total variable (laid out in wages) capital of the class”. [todas as ênfases no original] (www.marxists.org)¹⁵

Assim, por exemplo, toda a idéia de Marx que era possível provar que a troca entre capital e trabalho era uma troca de equivalentes (igual valor) e mesmo assim surgia um excedente (a mais valia) estava baseada nesta idéia da compensação agregada. Note que mesmo que os preços de produção das mercadorias que constituem a cesta de consumo dos trabalhadores estivessem, por exemplo, acima dos seus valores, isto não invalida que, no agregado a troca entre capital e trabalho seja uma troca de equivalentes, pois isto seria compensado com os preços do capital constante estarem abaixo dos valores na mesma proporção de forma que a mais valia agregada seria sempre igual à diferença entre o valor do produto do trabalho agregado e o valor da força de trabalho agregado. “... *the average rate of profit depends on the level of exploitation of labor as a whole by capital as a whole*”. (Volume 3, p. 299, citado por Moseley (2000))

¹⁴ Garegnani & Petri (1989) mostram que foi o economista neoclássico Bohm Bawerk que dizia haver uma “contradição” entre a análise do Volume 1 em valores e do Volume 3 em preços de produção mas este autor não consegue apontar exatamente qual seria o erro no procedimento de Marx. Mostram também que a resposta defensiva e em termos “qualitativos” à crítica por parte de Hilferding é que dá início às interpretações, dentro da tradição Marxista, que enfatizam supostos aspectos filosóficos e até éticos no conceito de valor em Marx .

¹⁵ Incidentalmente, para os que duvidam que Marx estivesse tratando exatamente do mesmo problema analítico dos economistas clássicos, vale notar que a carta continua assim: “... *The price so regulated = the expenses of capital, + the average profit (F.I. 10 p.c.), is what Smith called the natural price, cost price, etc. It is the average price to which competition between different trades (by transfer of capital or withdrawal of capital) reduces the prices in different trades*” (ênfases no original).

Infelizmente para Marx, esta idéia de que a mais valia surge da troca de equivalentes não tem a força que ele gostaria, mesmo que o procedimento de transformação fosse correto e a compensação fosse exata do ponto de vista quantitativo. Isto pelo motivo simples de que a força de trabalho, que Marx chama de mercadoria “especial”, não é a rigor uma mercadoria de acordo com a própria definição de mercadoria de Marx que implica, entre outras coisas, que só é mercadoria aquilo que é produzido para o mercado com objetivo de obter valor de troca. Evidentemente a força de trabalho não é “produzida nestas bases”, ao contrário das demais mercadorias. A rigor teríamos que dizer que a força de trabalho teria um “custo em valor” para os capitalistas, mas não um valor propriamente dito como as outras mercadorias.¹⁶

De qualquer forma, quando Marx fala do que hoje chamamos de problema de demanda efetiva ele se refere ao problema da realização da mais valia e não dos lucros, pois este é um problema macroeconômico que diz respeito à realização do total de lucros do sistema e não do lucro de um setor ou firma em particular.

Infelizmente, a maior parte dos autores da tradição Marxista parecem, no afã de atribuir ao procedimento de transformação de Marx significados éticos, históricos ou até filosóficos parecem entender que o excedente (medido em trabalho) é determinado pelas técnicas socialmente necessárias e o nível do salário real (medido pelo valor da força de trabalho) é distribuído entre os diversos capitais e as diversas formas de renda da propriedade através do processo de concorrência. Uma rara exceção se encontra num texto de Fred Moseley (2000) que curiosamente não lista nenhum texto sraffiano em sua bibliografia e afirma que sobre a relação entre o Volume 1 e 3 de O Capital “*little or nothing is said*” pelos “*Neo-Ricardians*” (Moseley, 2000, p.4). De qualquer maneira seu trabalho é muito útil pois o objetivo é mostrar que “*the main subject of Volume 3 of Capital is the distribution of surplus value , ..., first into equal rates of profit across branches of production and then the further division of surplus-value into commercial profit, interest, rent*”....”*The paper argues further that Marx’s analysis of the distribution of surplus-value is based on the fundamental premise that the total amount of surplus value has already been determined by the prior analysis of Volume 1. The main question in Volume 3 is how this predetermined total amount of surplus value is divided up into its component parts. The division...does not in any way affect the magnitude of the total surplus value* (Moseley, 2000, p.1).”

¹⁶ ver DeVivo (1987), Steedman (1982), Garegnani & Petri (1989). Esta questão é discutida também em Lopes & Serrano (1986) e Mello & Serrano (1997). Nestes dois últimos textos, no entanto, há o problema de ter sido seguida uma interpretação equivocada de que haveria duas definições alternativas de valor da força de trabalho em Marx quando só existe uma –aquela discutida no presente texto (a crítica aos autores da tradição marxista que de fato usam a tal outra interpretação creio permanecer válida).

Esta é exatamente a interpretação sraffiana da relação entre o Volume 1 e 3 conforme se encontra em Garegnani (1959, 1974, 1991), Garegnani & Petri (1989), Vianello (1987), Petri (1998), entre outros.¹⁷

A despeito disso, o artigo de Moseley é mais do que bem vindo para esta discussão pois nos provê, por uma via mais do que insuspeita, grande quantidade de passagens (grande mesmo, são 71 num texto de 32 páginas) que confirmam que a interpretação de Sraffa (e de Moseley), ao contrário de outras que falam de uma suposta “contradição” entre o Volume III e o Volume I, é apoiada por abundante e precisa base textual na obra de Marx. À guisa de ilustração vamos comparar algumas destas passagens com uma interpretação alternativa que se originou na Unicamp. Marx fala explicitamente que toma a mais-valia como dada, no momento de determinar a taxa geral de lucros:

“When in general we speak of profit or the rate of profit, then surplus-value is supposed to be given. The influences therefore which determine surplus-value have all operated. This is the presupposition”. (*Theories of Surplus Value*, III, 228, ênfases no original) [fonte: Moseley (2000)]

“If the limits of value and surplus-value are given, it is easy to grasp how the competition of capitals transforms values into prices of production and still further into commercial prices, transforming surplus-value into average profit. But without these limits, there is absolutely no way of seeing why competition should reduce the general rate of profit to one limit rather than to another, to 15 per cent instead of 1,500 per cent”. (*Capital*, III, 429) [Moseley (2000)]

No entanto, Belluzzo (1980, 102, ênfase no original) diz:

“É preciso deixar absolutamente claro que a mais-valia é uma relação *aberta*, no sentido que exprime a força variável do capital em sugar trabalho vivo, que é assim *ilegítimo* fixar qualquer das magnitudes que a compõem.”

Marx também diz que é necessário mostrar que o total do lucro¹⁸ é igual ao excedente de trabalho “não pago”:

¹⁷ O único problema do texto é que Moseley (200,p.15) arbitrariamente afirma que se a interpretação dele da **relação** entre o Volume 1 e o 3 for aceita então tudo o que ele afirmou em outros trabalhos seus sobre o Volume 1 e em particular sua peculiar interpretação de que Marx tomaria como dado para o cálculo da mais valia total grandezas monetárias nominais e não o salário real e os métodos de produção seria correta. Ravagnani (2005) faz a crítica a esta interpretação “macro-monetária” de Marx do ponto de vista sraffiano mostrando que esta não apenas carece de base textual em Marx como também pressupõe hipóteses contraditórias

¹⁸ No caso simples em que se ignora renda da terra, juros e lucro comercial.

“Profit is for us first of all only another name or another category of surplus value. As owing to the form of wages, the whole of labor appears to be paid for, the unpaid part of labor seems necessarily to come not from labor but from capital, and not from the variable part of capital but from capital as a whole. In this way surplus value assumes the form of profit, without any quantitative difference between the one and the other”. (Selected Correspondence, 191-92) [fonte:Moseley (2000)]

Tavares (1998, p.47, ênfase no original) porém, afirma:

“As duas idéias mais freqüentes no debate ‘neomarxista’ sobre a teoria do valor apresentam o conceito de lucro quer como ‘apropriação prévia de sobretrabalho’, quer como ‘excedente’ da produção real sobre o consumo necessário dos trabalhadores. (...) o lucro definido de qualquer destas duas formas, adquire o caráter estático de ‘dedução’ ou ‘resíduo’ que, no meu entender, se afasta da visão marxista da teoria do valor em seu propósito fundamental que é o de uma **teoria da valorização do capital**”.

Mais adiante explica (Tavares, 1998, p.55, ênfase no original): “O lucro é inerente ao processo de produção capitalista completo e como tal não pode ser ‘deduzido’ da ‘mais-valia’ ou do ‘excedente’, nem **contabilizado** pelo número de horas de ‘sobretrabalho’”. Para a autora, o lucro visto como excedente não leva em conta a especificidade do capitalismo, pois toda as sociedades não primitivas produzem algum excedente. Porém Marx achava **essencial** mostrar como o lucro vinha sim e podia ser contabilizado (e segundo Marx devia pois esta era a medida correta) como o excedente social medido em trabalho abstrato exatamente porque no capitalismo- por conta da concorrência -, ao contrário de outras sociedades, o lucro aparece como algo que vem em proporção ao capital.¹⁹

Marx explica também que a mais valia é o excedente agregado que, dividido pelo capital também agregado nos dá a taxa geral de lucro²⁰:

“The equalization of the surplus-values in the different spheres of production does not affect the absolute size of this total surplus-value; but merely alters its distribution among the different spheres of

¹⁹ na mesma página Tavares (1998, p.55, ênfase no original) radicaliza e afirma que “sem reprodução ampliada não há lucro **no sentido capitalista**, no sentido do processo de valorização contínua do capital. A construção dos esquemas de reprodução simples é apenas um exercício lógico...”. Um dos objetivos principais dos esquemas de reprodução simples era exatamente mostrar que o lucro podia sim existir em condições estacionárias, o que servia para refutar afirmações deste tipo, que parecem bem mais próximas a teoria da distribuição de Cambridge de Joan Robinson e Kaldor, do que de Marx.

²⁰ Ver também a carta a Engels citada acima.

production. The determination of this surplus-value itself, however, only arises out of the determination of value by labor-time.” (Theory of Surplus Value, II, 190-91)

“The average rate of profit is nothing other than the total surplus-value related to and calculated on this total capital”. (Marx Engels Collected Writings, 33, 104) [fonte: Moseley (2000)]

Apesar disso, num livro sobre Marx de um autor, que não pertence propriamente à escola de Campinas, mas foi formado lá lemos: “... a interpretação baseada na ‘distribuição’ da mais-valia, definida a nível do ‘capital em geral’, (...) se apóia, em geral (nem sempre; às vezes não se apóia em nada!), num equívoco grave: que a categoria do ‘capital em geral’ empregada nos Livros I e II do *O Capital*, possa ser intercambiável com a de ‘capital social global’. Na verdade, a primeira representa sempre um capital *qualquer*, típico, indiferenciado de ‘acordo com a média ideal’ (Possas (1989), p. 97, ênfase no original).

No entanto, numa nota de rodapé (de número 60) que contém a referência de um curto trecho de Marx citado na passagem acima, Possas (1989) parece perceber a imprecisão de seu argumento e admite que a análise da tendência da taxa declinante de lucro necessita dos agregados da mais-valia e do capital.²¹ Ora, uma queda da taxa geral de lucro só pode ocorrer quando se compara no mínimo dois níveis diferentes da taxa geral de lucro. Os agregados em questão são necessários para se obter o nível da taxa de lucro tanto de todos os capitais quanto de um capital qualquer “típico, indiferenciado”, independentemente de que a tendência da taxa de lucro seja diminuir, ficar constante ou aumentar. Qualquer que seja a sua trajetória, a taxa geral de lucros é exatamente o que o nome diz: uma taxa geral e não particular, de lucro. Como no Volume 1, por exemplo, Marx também fala com frequência de mudanças na taxa geral de lucros, ou em mudanças na massa de mais valia absoluta ou relativa (por exemplo, onde diz que o progresso técnico em qualquer setor que entre direta ou indiretamente na produção dos bens salários aumenta a taxa de mais valia, ou quando discute “a lei geral da acumulação capitalista”, etc.), é evidente que os mesmos conceitos, igualmente agregados, são usados no volume 1, 2 e 3: “*in capitalist production, each capital is assumed to be a unit, na aliquot part of the total social capital*” (*Theories of Surplus Value*, I,416, citado por Moseley (2000)).

Marx também examina, no Volume 3, casos mais gerais onde além do lucro obtido na produção de bens materiais existiria capital comercial (e portanto a necessidade de distinguir os preços de produção no atacado e no varejo) e a renda da terra. Vejamos resumidamente como Marx trata estas extensões de seu argumento.

²¹ A admissão era necessária para dar consistência a seu livro, pois em outro capítulo Possas faz uma demonstração analítica muito próxima a dos sraffianos de que o progresso técnico não pode reduzir a taxa geral de lucro (Possas (1989), p.25).

No caso do capital comercial, Marx não considera que o setor de comércio produza mais valia. Portanto os trabalhadores do setor são improdutivos e os lucros dos capitalistas comerciais são o que Marx chamava de “lucro de alienação” resultante apenas da venda de um produto por um preço acima do qual foi comprado. Coerentemente com isto Marx considerava que a introdução do setor comercial levava a um aumento do capital social, mas sem um aumento correspondente da massa de mais valia gerada. Logo, a taxa geral de lucros de todos os capitalistas (inclusive os comerciantes) seria necessariamente menor do que se não houvesse este setor e tão menor quanto maior fosse a proporção do capital comercial (K^c) sobre o capital social total (ver Moseley (2000) e Garegnani (1999)). Neste caso a taxa geral de lucros seria dada por:

$$T^v - V = r \cdot (C + V) + r(K^c)$$

$$r = (T^v - V) / (C + V + K^c)$$

Quando acrescentamos a distinção entre capital que rende juros e capital produtivo é importante assinalar que Marx foi um dos primeiros autores a considerar que a taxa de juros era um fenômeno estritamente monetário determinada nos mercados de empréstimos e sujeita a uma série de influências políticas e institucionais (Pivetti (1991), Moseley (2000)). Desta forma, Marx considerava que a taxa geral de lucros não determinava a taxa de juros, mas era apenas seu limite superior. Abaixo deste limite divisão entre os lucros líquidos do empreendimento (“*net profit of enterprise*”) e os juros dependeriam do valor da taxa de juros, que não estaria sujeita a nenhuma lei geral. Marx não considerava que o grau de endividamento afetasse a divisão entre lucros e juros pois a rigor :

“all capital, whether borrowed or not, is differentiated as interest bearing capital from itself as producing a net profit” ... “The employer of capital, even when working with his own capital, splits into two personalities-the owner of capital and the employer of capital; with reference to the categories of profit which it yields, his capital also splits into capital-property, capital outside the production process, and yielding interest of itself, and capital in the production process which yields a profit of enterprise through its function...the profit of enterprise springs from the function of capital in the reproduction process...But to resperenset functioning capital is not a sinecures, like representing interest-bearing capital (Capital, III, pps. 372, 375 e 380) [citado por Pivetti (1991)]

Isso significa que Marx distingue sempre no lucro bruto o que seriam os juros enquanto pagamento de dívida ou custo de oportunidade e o que seriam os lucros líquidos do empreendimento (que como dizia Ricardo provinha do maior “*risk and trouble*” das atividades produtivas). Chamando a taxa de juros de i e a de lucro líquido do empreendimento de n teríamos agora:

$$r=n+i$$

$$T^v-V=(n+i)(C+V)+(n+i)(K^c)$$

$$n+i= (T^v-V)/(C + V + K^c)$$

Se formos incluir também a renda da terra é necessário em primeiro lugar distinguir a renda diferencial, que provém de produtores estarem usando terras de melhor qualidade com custos menores do que a quantidade de trabalho socialmente necessária para atender a “necessidade social” (demanda efetiva setorial), da “renda absoluta” que viria apenas do poder de barganha, inclusive político da classe proprietária (e que Marx de uma forma muito peculiar associava ao fato de que a agricultura tinha uma composição orgânica menor que a dos demais setores, mas isto não nos interessa nesta discussão). No caso da renda diferencial, a taxa geral de lucros não seria afetada pois o montante geral de mais valia era calculado levando em conta apenas as condições de produção “socialmente necessárias”, ou seja, os métodos de produção difundidos para cultivar a terra na margem de cultivo necessária para atender a demanda efetiva. Já a renda absoluta acabava sim reduzindo a taxa geral de lucros pois se tratava da apropriação do excedente gerado na produção (como se fosse um imposto sobre os lucros). Chamando a total de renda absoluta da terra pago de **X** teríamos então:

$$r=n+i$$

$$T^v-V-X=(n+i)(C+V)+(n+i)(K^c)$$

$$n+i= (T^v-V-X)/(C + V + K^c)$$

Um bom resumo desta teoria da renda se encontra na carta para Engels de 2 de Agosto de 1862 que foi citada em parte acima. Para outras passagens de Marx a respeito. ver Moseley (2000)²². Vemos então que tanto os sraffianos quanto Moseley concordam que ao longo do Volume 3 o montante de mais valia total discutido no Volume 1 é redistribuído de várias formas mas sem sofrer alteração em seu volume pela barganha e pela concorrência (ou ausência dela se for o caso de incluir monopólios, etc.) entre os diversos tipos de proprietários.

IV. A Teoria do Valor de Marx: Crítica Construtiva

Mas o problema da teoria do valor e da taxa de lucro de Marx não são os conceitos, mas o fato de que a taxa de lucro agregada calculada em termos de valor (trabalho abstrato) na realidade não permite o cálculo exato da taxa de lucro normal e dos preços de produção, uma vez que os desvios entre valor e preços de produção e lucros e mais valia em geral não se compensam, ao contrário do que

²² Note, no entanto que Moseley (2000) não distingue renda absoluta e renda diferencial dando a entender erradamente que a renda diferencial também diminuiria diretamente a taxa geral de lucro.

Marx pensava. Isto ocorre por dois motivos bem conhecidos: 1) nem os meios de subsistência nem os meios de produção são comprados ou vendidos em proporção a seus valores e sim aos preços de produção - o que implica na necessidade de se determinar simultaneamente e não seqüencialmente a taxa de lucro e os preços de produção; 2) a rigor somente as condições de produção dos setores que produzem direta ou indiretamente os bens consumidos pelos trabalhadores (e outros insumos básicos de uso difundido) afetam a taxa de lucro e os preços relativos dos bens salário (básicos, na linguagem de Sraffa). As condições de produção dos setores produtores de bens “de luxo” (ou não básicos em geral) não afetam nem a taxa geral de lucros nem os preços relativos dos setores básicos. Estes problemas foram detectados há muito tempo por autores como Bortkiewicz, Dmitriev e Von Charasoff, muito antes de Sraffa.²³

O que o próprio Sraffa fez, ao que tudo indica independentemente, foi apenas corrigir algumas imprecisões dos críticos anteriores e generalizar e esclarecer as relações entre preços de produção e o excedente medido de diferentes formas. O resultado foi que Sraffa pode confirmar sob condições bem mais gerais do que os autores citados acima que, embora o procedimento de transformação de Marx não dê o resultado exato, sua idéia de que dados o salário real e as condições técnicas de produção seria possível determinar tanto a taxa de lucros quanto os preços de produção e que haveria uma relação inversa entre taxa de lucros e o nível do salário real pode sim ser demonstrada rigorosamente.

Na tabela 1 abaixo ilustramos as semelhanças e diferenças entre o procedimento de Marx, de Sraffa e de vários outros autores da abordagem clássica do excedente para a determinação da taxa geral de lucros e dos preços de produção (relativos) do sistema. Notem que existem duas maneiras possíveis de se medir o excedente (em trabalho ou em quantidades físicas de mercadorias) e basicamente dois procedimentos alternativos de cálculo, o seqüencial (como o de Marx e Ricardo) e o simultâneo (usado por Sraffa entre outros). Chama a atenção como, no que é essencial em significado econômico, as semelhanças são muito maiores do que as diferenças, ao contrário do que a imensa maioria dos autores da tradição Marxista afirmam.²⁴

²³ Ver referências da nota 1 acima.

²⁴ É importante ressaltar que uma parte da culpa vem de alguns autores sraffianos que nem sempre distinguem com clareza sua crítica a Marx - que usava a teoria do valor para determinar a taxa geral de lucros - da crítica aos marxistas, que tentam de alguma forma explicar os preços relativos (entre muitas outras coisas) diretamente em termos de trabalho incorporado. O exemplo mais conhecido desta ambigüidade, conforme apontado por Garegnani (1991) é Steedman (1977). Comparem nossa tabela 1 com a figura 1 de Steedman (1977, p. 40) que considera que os valores são derivados dos dados da produção física e do salário em vez de serem apenas uma das formas de medir estes dados (coeficientes de trabalho são tão físicos quanto coeficientes de outros produtos). Note que em Steedman (1977) o título dos capítulos onde o tema é tratado (3 e 4) contém a expressão “*Value, Price and Profit*” quando para Marx, segundo Sraffa e os demais sraffianos, a expressão correta deveria ser “*Value, Profit and Price*”.

Tabela 1

SALÁRIO REAL E MÉTODOS DE PRODUÇÃO EM USO,		
MEDIDOS EM	DETERMINAM TX DE LUCRO E PREÇOS RELATIVOS	AUTOR
MERCADORIAS	SEQUENCIALMENTE	RICARDO (TRIGO)
TRABALHO	INDEPENDENTEMENTE	RICARDO (PRINCÍPIOS)
TRABALHO	SEQUENCIALMENTE	MARX
TRABALHO	SIMULTÂNEAMENTE	DMITRIEV BORKTIEWCZ GAREGNANI SRAFFA
MERCADORIAS	SIMULTÂNEAMENTE	VON CHARASOFF SRAFFA

V. A teoria do valor trabalho e a “lei de tendência”

Autores da tradição Marxista com frequência argumentam que a “lei de tendência da queda da taxa de lucro” deve ser abandonada se abandonarmos a teoria do valor trabalho e seguirmos a trilha de Sraffa. Infelizmente há aqui uma confusão grave sobre algo bem simples. A impossibilidade, em condições de livre concorrência, da taxa de lucro cair com o progresso técnico é geral e *não* depende do procedimento de transformação de Marx ser exato ou não. A rigor mesmo que todas as composições orgânicas de todos os setores fossem iguais e que, portanto os preços de produção fossem em todos os setores sempre iguais aos valores, *não* seria possível demonstrar a “lei de tendência”.

O motivo é extremamente simples e é curioso quão pouco tem sido compreendido. O ponto central da teoria de Marx da escolha das técnicas em condições competitivas é o de que a nova técnica adotada gera lucros anormais (“superlucros” na terminologia de Marx) para o inovador aos preços de produção inicialmente vigentes (que vamos supor iguais aos valores). Desta forma, somente se a partir de uma nova técnica for possível vender a mercadoria por um valor igual ou menor ao valor corrente t_b e ao mesmo tempo ter custos **totais** em valor (c_b+v_b) *inferiores* aos da técnica “a” já em uso, os capitalistas irão adotá-la, independentemente de sua composição orgânica (c_b/v_b) ou do efeito que sua

adoção poderia ter posteriormente sobre a taxa geral de lucros da economia como um todo, que evidentemente não é levado em conta por quem está inovando.

Ao mesmo tempo, para a taxa geral de lucro cair seria necessário que os custos totais em valor da nova técnica em relação ao novo valor do produto fossem **superiores** aos custos da técnica anterior. Porém se esta segunda condição ocorre, não é possível que esta nova técnica gere superlucros quando a antiga estiver em uso. Ao contrário, quem a adotar obterá uma taxa de lucro inferior à taxa geral de lucros vigente. Mesmo que por um improvável descuido todos os capitalistas adotassem a nova técnica e então a taxa geral de lucro caísse, cada capitalista individual teria um incentivo a retornar à velha técnica pois esta necessariamente, por ter custos menores em valor, estaria gerando superlucros numa economia onde todos usam a técnica nova.²⁵ Este raciocínio simples e geral é conhecido há mais de 40 anos com o nome de “teorema de Okishio”,²⁶ embora tenha sua origem em Tugan Baranovski e Borktievcz há pelo menos 100 anos. Não depende da natureza dos desvios dos preços de produção em relação aos valores nem de nenhum resultado específico obtido por Sraffa (1960).

O problema que muitos autores da tradição marxista não percebem é que a “lei de tendência” *não* é uma dedução correta da própria teoria do valor trabalho, pois não funciona mesmo no caso em que esta última fornecesse soluções exatas. Logo, a lei de tendência não pode ser mantida nem no caso em que os desvios se compensem ou sejam pequenos, e nem mesmo (como vimos) quando os preços de produção são iguais aos valores. O resultado da queda da taxa de geral de lucro com o progresso técnico não pode ser deduzido logicamente nem da teoria de Marx nem da de Sraffa e a “lei de tendência” deveria portanto ser abandonada de qualquer maneira.

É importante notar, no entanto, que o argumento de Marx sobre a transitoriedade histórica do capitalismo foi formulado antes e independentemente das notas de Marx sobre a “lei de tendência”, baseado no acirramento da luta de classes, nas contradições referentes às crises e problemas de realização da mais valia, na idéia de que em algum ponto as relações sociais de produção do capitalismo se tornariam um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, etc. A validade ou não destas idéias em nada depende do progresso técnico ser capaz de reduzir a taxa geral de lucros (Garegnani, 1998).

²⁵ Formalmente temos que, chamando as duas técnicas de **a** e **b**, se os custos unitários da técnica **a** forem menores que os da técnica **b**: $(c^b+v^b)/t^b < (c^a+v^a)/t^a$, então necessariamente: $t^b/(c^b+v^b) > t^a/(c^a+v^a)$ e como, por definição $t/(c+v)=(1+r)$, então $r^b > r^a$.

²⁶ Ver Steedman (1977, cap.9).

VI. Fetichismo e Exploração

Vários autores da tradição marxista afirmam também que se a teoria do valor trabalho de Marx estiver errada caem igualmente por terra vários outros aspectos “qualitativos” da análise de Marx sobre o “fetichismo da mercadoria”, a “exploração” da força de trabalho, etc. Em primeiro lugar é importante verificar se por teoria do valor trabalho de Marx se entende a idéia (que Marx rejeita explicitamente) de que os preços de produção seriam iguais aos valores ou a análise de Marx sobre a determinação da taxa geral de lucro e dos preços de produção. Como as conclusões gerais (embora não o procedimento formal usado por Marx) da análise de Marx da taxa de lucros e dos preços relativos em grande parte se mantêm - e foram generalizadas por diversos autores e por Sraffa - a análise de Marx daqueles aspectos “qualitativos” do capitalismo não esbarra, portanto, em obstáculos vindos da análise dos aspectos “quantitativos”, embora evidentemente possa estar errada por outras razões.

A análise de Marx do “fetichismo da mercadoria” está relacionada à questão da natureza e particularidade da divisão social do trabalho numa economia produtora de mercadorias que é necessariamente monetária. Estas características, segundo Marx, a tornam sujeita à “anarquia da produção” vinda da falta de coordenação entre as decisões dos produtores individuais e às “crises de realização”, decorrentes do que hoje em dia chamamos de problema de demanda efetiva. É difícil compreender porque a validade deste tipo de argumento seria afetada pelo fato de que os desvios dos preços de produção em relação aos valores não se compensam exatamente, ou por se admitir que o progresso técnico em setores que produzem apenas bens de luxo para os capitalistas não faz aumentar a taxa geral de lucro normal do sistema.²⁷

Quanto à questão da exploração do trabalho sob o capitalismo, o importante é ressaltar que Marx não tinha em boa conta a idéia de que a teoria do valor trabalho tinha como objetivo justificar eticamente o socialismo: “*According to Mr. Wagner, Marx's theory of value is the cornerstone of his socialist system*” (p. 45). *Since I have never established a “socialist system,” this is a fantasy of Wagner, Schäffle e tutti quanti.* [Marx, Notes on Alfred Wagner, 1881, p.45] (www.marxists.org)

Marx também recusava a idéia de que o papel de sua teoria do valor era fazer uma “contabilidade ética da exploração” para medir o lucro como um “roubo” que ele, aliás, associava aos “socialistas utópicos”, a quem não tinha em boa conta.

²⁷ Ver Garegnani (1998) e Garegnani & Petri (1989).

“What a “subtraction from the worker” is, subtraction of his skin, etc., is not evident. At any rate, in my presentation even, “profit on capital” is in actual fact not “a subtraction from, or robbery of, the worker.” On the contrary, I depict the capitalist as the necessary functionary of capitalist production and demonstrate at great length that he not only “subtracts” or “robs” but enforces the production of surplus value, thus first helping to create what is to be subtracted”. [Marx, Notes on Alfred Wagner, 1881, p. 45] (www.marxists.org)

Marx usou a teoria do valor para determinar a taxa geral de lucros e os preços de produção. Isto talvez fique mais claro se notamos que, conforme visto acima, Marx considerava os trabalhadores assalariados - que, portanto, estavam sujeitos às relações sociais de produção capitalista que trabalhavam em alguns serviços como no setor de comércio por exemplo - como “improdutivos”. Neste caso este setor e, conseqüentemente, seus trabalhadores não contribuíam para a geração de mais valia. No entanto, é altamente improvável que Marx achasse que os comerciários, por exemplo, não eram “explorados” no sentido ético ou político.

Dificuldades adicionais sobre a idéia do valor em Marx adquirindo o objetivo de uma “contabilidade ética” da exploração vêm do fato de que os valores são calculados em termos de trabalho abstrato que refletem, para uma dada estrutura de salários relativos, as condições técnicas dominantes, inclusive no que diz respeito ao ritmo e intensidade do processo de trabalho. Isso implica que, se interpretado no sentido ético, Marx estaria dizendo que um trabalhador que ganha vinte vezes mais que outro e assim gera dez vezes mais valor em termos de trabalho abstrato seria tão “explorado” quanto o seu colega mais pobre pois a taxa de mais valia é constante por construção, dada a jornada de trabalho, a técnica e os salários relativos. Da mesma forma, trabalhadores mais fracos fisicamente (mulheres, crianças, doentes) ou menos hábeis que demorassem mais tempo para executar o mesmo trabalho do que a norma social embutida nas técnicas dominantes (socialmente necessárias) e baseadas na força e capacidade padrão de trabalhadores típicos não poderiam ser considerados mais explorados do que os outros pois estariam produzindo todos a mesma quantidade de valor em termos de trabalho abstrato (o que se choca frontalmente com a análise do volume I de O Capital sobre o trabalho feminino e infantil nas fábricas inglesas).²⁸

Parece mais razoável pensar que a idéia de “exploração” em Marx vem da análise geral de como as classes proprietárias tem, no capitalismo, o poder de se apropriar do excedente sobre o salário

²⁸ Paradoxos ainda maiores ocorrem quando se tenta, como alguns autores da tradição marxista tentaram, estender a análise desta “contabilidade da exploração” para o trabalho doméstico não remunerado, no setor público, etc. Para uma crítica ver Lopes & Serrano (1986) e Mello & Serrano (1997).

correspondente ao poder de barganha da classe trabalhadora. Não é claro porque a validade desta análise dependeria crucialmente de qual é a unidade que foi escolhida para medir o excedente. Por outro lado, parece claro que uma condição mínima necessária para uma análise deste tipo é a de que se obtenha uma determinação consistente da taxa geral de lucro e dos preços relativos. Por exemplo, numa sociedade não mercantil e feudal onde o excedente pode ser apropriado diretamente de seus produtores, seja como a obrigação do servo trabalhar algumas horas para o senhor ou de lhe entregar parte da produção, não há a menor necessidade deste tipo de análise, pois as relações de poder entre as classes afetam diretamente a distribuição do produto físico (valores de uso). Além disso, o fato do excedente ser medido em termos de mercadorias ou trabalho concreto evidentemente em nada afeta as relações de poder que o explicam.

Por sua vez, na economia capitalista o excedente físico é distribuído através da operação do mercado em termos de valor de troca e apropriado enquanto lucro, em condições de concorrência e em proporção ao valor do capital aplicado. Uma análise coerente que demonstre as relações necessárias entre excedente e a taxa geral de lucros parece ser essencial para demonstrar que mesmo neste tipo de sociedade a distribuição do produto é também regulada pelas relações de poder entre as classes. A consistência e exatidão nos parecem mais importantes para análises deste tipo do que a medida escolhida para o valor de troca do excedente (Garegnani & Petri (1989), Garegnani (1998)).

VII Sraffa e Marx

A evolução do pensamento do Sraffa sobre a teoria do valor trabalho contém alguns aspectos curiosos. Os estudos sobre este tema baseados nos manuscritos não publicados de Sraffa ainda estão em fase preliminar. Numa primeira fase, embora creditasse a Marx a redescoberta da abordagem clássica do excedente no livro *Teorias da Mais-Valia*, Sraffa achava que tanto Ricardo quanto Marx tinham se afastado e aberto a porta para interpretações subjetivas e “metafísicas” da teoria do valor ao enfatizar o trabalho “corrompendo” a idéia central de “custo real físico” desta abordagem do que chamava teoria objetiva do valor. No entanto em fins de 1927, Sraffa tem, de acordo com Garegnani (2005), uma grande mudança de opinião ao desenvolver as equações que formariam depois os capítulos iniciais de seu livro de 1960. Ao clarificar para si mesmo a estrutura analítica da abordagem clássica do excedente, Sraffa percebe que a medida do excedente em trabalho utilizada por Ricardo e Marx tinha sido um instrumento analítico muito útil. Ainda em 1927 Sraffa escreve sobre Marx²⁹:

²⁹ Ver DeVivo (2003) onde também se mostram evidências da grande dificuldade que Sraffa tinha de tentar convencer Keynes que havia alguma coisa de útil na obra de Marx. Ver também Gilibert (2003), Garegnani (2005), Gherke & Kurz

“in the middle of the 19th century a man succeeds, either by accident or by superhuman effort, in getting again hold of the classical theory: he improves it, and draws its practical consequences from it” [Sraffa em 1927, citado por Garegnani(2005)]

Sua admiração pelos avanços analíticos obtidos através da teoria do valor de Marx (em particular o conceito de capital constante e associado a ele e a noção de taxa máxima de lucro) é crescente. Durante o longuíssimo período de preparação de seu livro Sraffa estudou a fundo outros autores como Dmitriev e Borktievcz que criticaram duramente o instrumental analítico usado por Marx. Mas como estes autores por outro lado não perceberam a importância analítica do capital constante, Sraffa insiste em seus manuscritos que as críticas destes autores de que analiticamente a teoria de Marx era um retrocesso em relação a Ricardo era profundamente equivocada.³⁰ Tanto que uma vez completada a prova matemática rigorosa dos seus resultados mais importantes Sraffa afirma:

“That M. {Marx} knew all this is shown by the (otherwise contradictory) applying "simple rule" in reduction of values to prices and s[surplus] to r[rate of profits], while elsewhere denying that org. comp. of cons. goods and of means of prod. are equal. Contrast nonsense of Tugan B. and Bortkiewicz”. [Sraffa em 1944, citado por Kurz & Gherke (2006)]

VIII. Observações Finais

Como vimos, Sraffa e seus seguidores mais próximos interpretam a teoria do valor de Marx como o instrumento analítico disponível à época para a determinação coerente da taxa geral de lucros e dos preços de produção. Esta interpretação, ao contrário de outras tem sólida base textual na obra de Marx. E implica, ao contrário do que tem sido difundido por diversas linhas da tradição marxista, que existe grande continuidade, em vez de ruptura, entre a teoria da taxa de lucro e dos preços de produção de Marx e seus predecessores da abordagem clássica do excedente (ou economia política clássica) de Smith a Ricardo e também dos seus sucessores como Dmitriev, Borktievcz, Von Charasoff e Sraffa a este respeito.

(2006). Estes estudos divergem quanto a extensão e detalhes da influência exata de Marx sobre o desenvolvimento do pensamento de Sraffa, mas todos confirmam a grande e crescente admiração de Sraffa pela teoria econômica de Marx.

³⁰ É curioso notar sobre a “lei de tendência declinante da taxa de lucro”, que segundo Gherke & Kurz (2006), embora Sraffa concordasse evidentemente com as críticas de Tugan e Borktievcz de que uma nova técnica não seria rentável para seu introdutor se tivesse o efeito de posteriormente reduzir a taxa geral de lucro, Sraffa ainda assim achava as críticas exageradas e argumentava que a lei proposta por Marx seria logicamente correta sob algumas condições muito restritivas (que segundo Sraffa eram as supostas por Marx), a mais importante delas sendo a inexistência de progresso técnico (novas “invenções”).

Referências

- Belluzzo, L. G. (1980) *Valor e capitalismo*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Bharadwaj, K (1989) “Adam Smith’s political economy” in K. Bharadwaj *Themes in value and distribution*. Unwin-Hyman, 1989.
- DeVivo, G. (2003) “Sraffa's path to Production of Commodities by Means of Commodities: An interpretation”. *Contributions to Political Economy*, 22: 1-25; doi:10.1093 .
- DeVivo (1987), “Value of Labour Power” in J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman (eds.) *The New Palgrave*. Macmillan, 1987.
- Fausto, R. (1982) *Marx, Lógica e Política*. Editora brasiliense, São Paulo.
- Garegnani, P. (2005) “On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920s”. *European Journal of the History of Economic Thought*, v.12, 3 (September).
- Garegnani, P. (1999) “Magic Formulas and Arsenic Powder”, *International Journal of Political Economy*, 28; part 3, pp 97-111.
- Garegnani, P. (1991) “The Labour Theory of Value: Detour of Technical Advance?” in Caravale, G. (ed.) *Marx and Modern Economic Theory*. Volume 1, Edgar Elgar.
- Garegnani, P.; Petri, F. (1989) “Marxismo e Teoria Economica Hoje” in E. Hobsbawn (org.) *História do Marxismo*. Volume 12, Paz & Terra.
- Garegnani, P. (1974) “Sobre a Teoria do valor e distribuição nos economistas clássicos e em Marx” in AA. VV. *Progresso Técnico e Teoria Econômica*. Hucitec-Unicamp, 1974.
- Garegnani, P. (1974) “Sobre a teoria da distribuição e do valor em Marx e nos economistas clássicos” em P. Garegnani et alli *Progresso técnico e teoria econômica*. Hucitec, São Paulo.
- Garegnani, P. (1960) “Il Problema Del capitale nelle teorie della distribuzione”. Giuffré, Milano.
- Gherke, C. (1998) “Dmitriev” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.), *The Elgar Companion to Classical Economics*. Edgar Elgar.
- Gherke, C. & Kurz, H. (2006) “Sraffa on von Bortkiewicz: Reconstructing the Classical Theory of Value and Distribution”. *History of Political Economy*, 38, 91-149.
- Gehrke, C & Kurz, H. (1995) “Karl Marx on Physiocracy”, *European Journal of the History of Economic Thought*; 2(1), Spring 1995, p. 53-90.
- Gianotti, J. A, (2000) *Certa herança Marxista*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Gilibert, G. (2003) “The man from the moon: Sraffa’s upside-down approach to the theory of value”. *Contributions to Political Economy*, 25: 35-48, 2003.
- Ginzburg (1985) “A Journey to Manchester: A change in Marx economic conceptions”, *Political Economy: studies in the surplus approach*, v.1 n1. 1985.

- Howard, M.; King, J. (1998) “Bortkiewicz, Ladislaus Von” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.) *The Elgar Companion to Classical Economics*. Edgar Elgar.
- Kurz, H.; Salvadori, N. (1995) “Production as a circular flow and the concept of the surplus” in Kurz, H. & Salvadori, N. *Theory of Production: A Long period Analysis*. Cambridge University Press, 1995.
- Lopes F. & Serrano, F. (1986) “Marx e a mercadoria força de Trabalho” in Anais do XVI Encontro Nacional da ANPEC, Brasília, 1986.
- Meek, R. (1977) “Contribuição Escocesa à Sociologia Marxista” in R. Meek “*Economia & Ideologia*”. Zahar, Rio de Janeiro.
- Mello H. & Serrano F.(1997) “A Mulher como objeto da teoria econômica” in N. Aguiar (ed) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro.
- Mongiovi, G. (2002) “Vulgar economy in Marxian garb: a critique of Temporal Single System Marxism”, *Review of Radical Political Economics*, 2002 34: 393-416.
- Moseley, F. (2002) “Hostile brothers: Marx theory of the distribution of surplus value in volume 3 of Capital” in Reuten, G. (ed.) *The Culmination of Capital: Essays on Volume 3 of Capital*. Palgrave, 2002.
- Petri, F. (1998) “Labour Theory of Value” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.) *The Elgar Companion to Classical Economics*. Edgar Elgar.
- Possas, M. (1989) *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*. Hucitec, São Paulo.
- Ravagnani, F. (2005) “A Critical Note on Moseley’s ‘Macro-Monetary’ Interpretation of Marx’s Theory”, *Review of Radical Political Economics*, 2005; 37: 85-96.
- Robinson, J. (1979) *Filosofia Econômica*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Shaikh, A. (1998) “The Empirical Strength of the Labor Theory of Value” in Bellofiore R. (ed.) *Conference Proceedings of Marxian Economics: A Centenary Appraisal*. Macmillan, London.
- Sraffa, P. (1960) *Production of commodities by means of commodities*. Cambridge University Press.
- Steedman, I. (1977) *Marx after Sraffa*. Verso, London.
- Steedman, I. (1982), I “Marx on Ricardo” in I. Bradley & M. Howard (eds) *Classical and Marxian Political Economy: essays in honour of R. L. Meek*. Macmillan.
- Tavares, M. C. (1998) *Ciclo e crise*. Campinas.
- Teixeira, A. (2000) “Marx e a Economia Política: Crítica de um conceito”. *Econômica*, v. 1, n. 4, dez. 2000.

- Tolipan, R. (1981) “Capital, concorrência e emprego da técnica”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 11, n. 1, abril 1981
- Vianello, F. (1998) “Capital” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.) *The Elgar Companion to Classical Economics*. Edgar Elgar.
- Vianello, F. (1987) “Labour Theory of Value” in J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman (eds.) *The New Palgrave*. Macmillan.